

# Otimização do Modelo de Currículo Mínimo

**Aprender significa modificar a conduta e não, simplesmente, acumular conhecimentos.**

( Tomás Vilanova Monteiro Lopes)<sup>1</sup>

**CAP.-QFO PED. Soria Maria Campos Silva**

O pensamento acima expressa a evolução sofrida pelo conceito de aprendizagem nos últimos anos.

O rápido desenvolvimento científico e tecnológico pelo qual passa a nossa sociedade tem exigido profundas mudanças em diversas áreas do conhecimento, entre elas a Educação. Essa rápida transformação social determinou posturas mais flexíveis dos educadores e foi responsável pela evolução de conceitos clássicos, agora definidos a partir de uma reflexão científica e contextual da realidade.

Assim, da mesma forma que o processo de aprendizagem, podemos ver o conceito de currículo de diversas maneiras: de uma forma mais restrita, em que o currículo se confunde com uma relação de disciplinas de um determinado curso, ou através de uma forma mais ampla, em que o currículo não é um fim em si mesmo, mas um meio, um instrumento utilizado para o alcance de um objetivo mais complexo: a aprendizagem. E, justamente por isso, deve estar associado com a realidade em que se insere.

<sup>1</sup>CARVALHO, Antônio Vieira de. *Treinamento de recursos humanos*. São Paulo: Pioneira, 1998. p.3.

Nesse sentido, pode-se argüir: a forma pela qual vem sendo elaborado o currículo atende ao fim ao qual se destina? Quais os conceitos de currículo? Afinal, quais elementos devem ser considerados na elaboração de um currículo?

A reflexão sobre essas questões conduzirá a uma proposta de Currículo Mínimo (CM) mais adequado às necessidades dos planejadores de ensino da Aeronáutica.

Oportuno se faz, portanto, apresentar uma retrospectiva sobre a evolução desse documento.

### **HISTÓRICO DO CURRÍCULO MÍNIMO NA AERONÁUTICA**

O DEPENS, até 1996, instituía as seguintes documentações normativas na área de planejamento: o CM; o Plano Geral de Ensino (PGE) e o Plano de Unidades Didáticas (PUD).

O CM, como o documento que inicia o planejamento dos cursos e estágios, era elaborado de acordo com o conceito de currículo no sentido amplo, ou seja, como o “conjunto de ensinamentos a que são submetidos os instruendos, para a consecução dos objetivos de um curso ou estágio. Reúne experiências intencionalmente relacionadas por uma Estrutura de Ensino que deverão enriquecer o comportamento revelado pelos instruendos após o término de um curso ou estágio”<sup>2</sup>.

O CM incluía a filosofia do curso, sua finalidade, as necessidades da Aeronáutica, o público-alvo, os objetivos gerais, a duração do curso, seu quadro geral, o conteúdo curricular, os objetivos específicos e, a partir de 1993, a sua concepção estrutural.

Portanto, o CM era um documento que, ao ser consultado, permitia aos usuários uma visão do que seria o curso, proporcionando um adequado ponto de partida para que os docentes pudessem iniciar o planejamento das disciplinas. Esse documento único, além de conter o conteúdo mínimo a ser ministrado, estabelecia ainda a carga horária real e a total do curso, condicionando, assim, as Organizações de Ensino (OE) a utilizarem o restante da carga horária para as atividades de avaliação, administrativas e de complementação da instrução. Dessa forma balizado, o planejamento do ensino era adequadamente facilitado e uniformemente elaborado.

A partir de 1996, o DEPENS adotou uma nova concepção de Planejamento. Os documentos, hoje existentes, são o Plano Setorial de Ensino, o CM, e o PUD.

O Plano Setorial surgiu com a finalidade de “orientar a elaboração dos programas e dos CM dos Cursos ou Estágios de Formação, de Carreira e de Especialização, ministrados nas OE da Aeronáutica”<sup>3</sup>. Esse plano contém informações que antes eram encontradas no CM, como a análise do contexto (necessidades da Aeronáutica, padrões de desempenho e perfil do aluno) e a definição de bases (filosofia do curso, finalidade e objetivos).

De acordo com o ciclo de planejamento explicitado nesse plano, as informações relativas às necessidades da Aeronáutica, aos padrões de desempenho e ao perfil do aluno são elaboradas pelo COMGEP, enquanto que o DEPENS estabelece a filosofia do curso, a finalidade, os objetivos e a definição de bases. Em seguida, o DEPENS elabora o conteúdo

<sup>2</sup> BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Conceituações básicas em ensino. Rio de Janeiro, 1983. p. 2-3. ( IMA 37-10 ).

<sup>3</sup> BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Plano setorial de ensino. Brasília, 1997. p.5. ( DMA 37-9 ).



curricular (com suas áreas de ensino, disciplinas, objetivos específicos, ementa e duração) em coordenação com as organizações de ensino e especialistas nos diversos assuntos.

Assim, o CM passou a ter apenas o Quadro Geral do Curso e o Conteúdo Curricular. Hoje, portanto, está elaborado com uma visão restrita de currículo, que é definido como “um documento que estabelece os conteúdos a serem desenvolvidos durante um curso ou estágio”<sup>4</sup>. É, pois, interessante abordar duas dificuldades geradas por essa concepção.

### **DIFICULDADES DECORRENTES DA ATUAL CONCEPÇÃO**

A concepção restrita do que seja um currículo, hoje apresentado apenas como conteúdo curricular, gerou a primeira dificuldade para quem utiliza esse documento: a fragmentação da documentação. Dados importantíssimos e necessários para a confecção do PUD ou para a própria revisão e elaboração de currículos não se encontram em um único documento, fazendo com que os profissionais de ensino tenham que utilizar outro documento, o Plano Setorial. Tal procedimento, porém, acarreta uma perda de tempo para quem está confeccionando os documentos, reduzindo a praticabilidade e a real importância do CM.

A segunda dificuldade, nessa visão limitada, decorre de o Plano Setorial preconizar que o grupo de trabalho encarregado da elaboração do conteúdo curricular seja diferente daquele que elaborou a fase anterior - a definição de bases -, que compreende a filosofia, a finalidade e os

objetivos do curso. Ocorre que o planejamento curricular deve possuir unidade de concepção, que poderá ser comprometida com essa divisão do trabalho por duas equipes.

Essa visão desmembrada do planejamento do CM não está bem estruturada, conforme evidenciado no momento da revisão. O planejamento não é estático, e cabe aos profissionais que lidam com a elaboração e revisão de currículos reestruturarem os cursos, alterando objetivos ou conteúdos curriculares baseados nas avaliações que a OE realiza durante o curso e na validação curricular efetuada após sua conclusão. Como os objetivos, na prática atual, constam do Plano Setorial, a revisão curricular, muitas vezes, também acarreta uma modificação desse plano, o que, de acordo com o mesmo plano, é da alçada de outro grupo.

Assim, busca-se apresentar um modelo de CM que venha proporcionar uma visão mais ampla de currículo e que não dissocie a teoria da prática.

### **NOVA ESTRUTURA DO CURRÍCULO MÍNIMO**

A proposta vê o conceito de CM com um enfoque amplo, ou seja, como o “documento que estabelece os fundamentos e os objetivos de um curso ou estágio, bem como o conteúdo programático mínimo a ser desenvolvido, fixando as bases para a elaboração do PUD”<sup>5</sup>. O modelo de CM proposto neste trabalho, além de retomar o sentido amplo de currículo, que é o mais moderno, inova em dois aspectos: inclusão dos itens metodologia e grupo de trabalho.

De acordo com essa concepção, a IMA

<sup>4</sup> BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Conceituações básicas em ensino. Rio de Janeiro, 1983. p. 2-3. ( IMA 37-10 ).

<sup>5</sup> BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Glossário do Comando da Aeronáutica. Brasília, 1993. p.71. ( MMA 950-1 ).



37-4 “Elaboração e Revisão de Currículos Mínimos” deverá preconizar os seguintes capítulos:

**a) Capítulo 1**

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - com os itens FINALIDADE e ÂMBITO do documento, conforme a atual IMA 37-4. Esse mesmo capítulo apresentará, ainda, o item COMPONENTES DO GRUPO DE TRABALHO contendo o nome dos representantes e respectivas especializações.

**b) Capítulo 2**

ANÁLISE DO CONTEXTO - com as NECESSIDADES DO MAER, os PADRÕES DE DESEMPENHO e o PERFIL DO ALUNO, conforme elaborado pelo COMGEP.

**c) Capítulo 3**

DEFINIÇÃO DE BASES - contendo os itens:

- CONSIDERAÇÕES GERAIS - explicitará a filosofia do curso e suas características gerais;

- CONCEPÇÃO ESTRUTURAL DO CURSO - descreverá a estrutura do curso com seus campos, áreas, disciplinas e carga horária;

- FINALIDADE DO CURSO - definirá para que fim o curso foi criado;

- OBJETIVOS GERAIS - apresentará o comportamento a ser alcançado pelos alunos ao final do curso, baseado nos padrões de desempenho;

- METODOLOGIA RECOMENDADA - recomendará a metodologia para o curso (se o curso deve ser ministrado na modalidade à distância, presencial ou semipresencial; se é eminentemente teórico ou prático; e o porquê de se adotar essa metodologia); e

- DURAÇÃO DO CURSO - estabelecerá a duração do curso, a carga horária total e a carga horária real.

**d) Capítulo 4**

CONTEÚDO CURRICULAR - apresentará o QUADRO GERAL DO CURSO e o DESDOBRAMENTO DO QUADRO GERAL - conforme preconiza atualmente a IMA 37-4.

**e) Capítulo 5**

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO - conforme preconizado na atual IMA 37-4.

**f) Capítulo 6**

DISPOSIÇÕES FINAIS.

g) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

**VANTAGENS DO MODELO PROPOSTO**

Na elaboração de um currículo, deve-se delimitar os objetivos gerais, selecionar os assuntos, escolher os procedimentos didáticos e determinar a carga horária. A fase de escolha de procedimentos, antes esquecida nos modelos até então vigentes, é representada pelo item Metodologia, no qual será descrito o método mais indicado e, até mesmo, serão recomendadas algumas técnicas, a fim de direcionar aqueles que irão detalhar o conteúdo curricular.

O registro dos elementos integrantes do grupo de trabalho é necessário para que qualquer dúvida surgida, quer no momento da elaboração do PUD, quer na revisão do CM, seja esclarecida pelos profissionais responsáveis pela elaboração ou pela última revisão do currículo.

Com essa abordagem, o grupo de trabalho que elabora o CM se envolverá no ciclo de planejamento desde a fase da definição de bases, a qual seria executada não só pelo DEPENS como também por todos os envolvidos na elaboração do currículo: os profissionais de ensino da OE responsável pelo curso e os especialistas nos diversos assuntos.

O CM, assim otimizado, deixa de ser um documento fragmentado e reduzido à descrição de conteúdos e objetivos específicos, adquirindo unidade de concepção.

Essa proposta atenderá aos anseios dos profissionais que utilizam o CM. Com essa nova abordagem, serão incluídos todos os pontos necessários para que um grupo de trabalho, encarregado da elaboração do PUD

ou da elaboração e atualização do CM, realize um trabalho completo e adequado ao seu nível, pois terá a visão de conjunto e a unicidade de documentação tão necessárias. A Aeronáutica terá mais qualidade nos CM dos seus cursos e, conseqüentemente, um melhor profissional formado.

A busca do aperfeiçoamento dos currículos deve ser uma constante para os que lidam com o ensino, e o enfoque amplo da concepção de CM proposto é um fator importante para a otimização do trabalho desses profissionais. Por isso, todos os

profissionais de ensino devem ter em mente, como afirma Nereide Saviane, que:

*“Detectar o essencial, a ‘espinha dorsal’ de cada área do conhecimento, é, mais que uma tarefa, um desafio a ser enfrentado pelos educadores em seu conjunto, pela equipe escolar como um todo. Impossível vencê-lo sem essa visão de totalidade, em que parte do todo, geral ou específico se inter-relacionam, se interdependem e se determinam mutuamente. Isto exige um trabalho articulado, integrado, coordenado, unitário...”*

---

## BIBLIOGRAFIA

- 1 - BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Comando Geral do Pessoal. Confecção e controle de publicações. Brasília, 1991.(NSMA 5-1).
- 2 - BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Conceituações básicas em ensino. Rio de Janeiro, 1983. (IMA 37-10).
- 3 - \_\_\_\_\_. Currículo mínimo do curso de aperfeiçoamento de oficiais. Brasília, 1998. (IMA 37-55).
- 4 - \_\_\_\_\_. Elaboração e revisão de currículos mínimos. Brasília, 1996. (IMA 37-4).
- 5 - \_\_\_\_\_. Planejamento curricular. Rio de Janeiro, 1985. (MMA 37-8).
- 6 - \_\_\_\_\_. Plano setorial de ensino. Brasília, 1997. V. 1 e 2. (DMA 37-9).
- 7 - BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Glossário do Ministério da Aeronáutica. Brasília, 1993. (MMA 950-1).
- 8 - CARVALHO, Antônio Vieira de. Treinamento de recursos humanos. São Paulo: Pioneira, 1998. 251 p.
- 9 - MARTINS, José do Prado. Didática geral: fundamentos, planejamento, metodologia, avaliação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990. 231 p.
- 10 - MESSICK, Rosemary Graves et al. Currículo: análise e debate. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 162 p.
- 11 - SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática - problemas da unidade, conteúdo / método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 1994. 235 p.
- 12 - UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Redação de monografia. Rio de Janeiro, 1998. (Apostila).

